

# SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO

**Magno Fernando Almeida Nazaré<sup>1</sup>**

[magnof.almeida@hotmail.com](mailto:magnof.almeida@hotmail.com)

Formado em Filosofia e Pedagogia, Graduando em Matemática- Universidade Estadual do Maranhão- UEMA, Mestrando em Ciência da Educação-UAA-PY

## **INTRODUÇÃO**

Este trabalho tem como foco, apresentar informações que diz respeito ao Sistema e Reforma Educacional Brasileiro Contando assim, para que este fosse realizado, foram necessárias pesquisas, discussões em sala e outras fontes.

O sistema educacional brasileiro brasileira decorre da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei n.º 9.394/96), que, por sua vez, vincula-se às diretrizes gerais da Constituição Federal de 1988, bem como às respectivas Emendas Constitucionais em vigor.

Objetiva nesse estudo uma análise e reflexões sobre a legislação e organização do sistema educacional brasileiro, tendo como base um breve histórico da legislação e das políticas educacionais do Brasil, mostraremos um conjunto de conhecimentos e reflexões sobre a educação brasileira e suas mudanças, que possibilita uma apresentação mais aprofundada dos fatos e problemas que envolvem a realidade educacional vivida no contexto brasileiro.

Acredito que este trabalho possa, a partir de seus temas centrais de investigação, auxiliar na compreensão desse sistema.

O conteúdo temático deste trabalho está disposto em varias partes, e trazem a realidade. Por isso neste trabalho temos por objetivo geral analisar e comparar o sistema educacional brasileiro nos pontos positivos e negativos e suas nuances no decorrer da historia. Nesse estudo farei uma análise e reflexões sobre a legislação e organização do

sistema educacional brasileiro, tendo como base um breve histórico da legislação e das políticas educacionais do Brasil, percebendo os múltiplos olhares que se entrecruzam na análise desse sistema.

## **1- FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **1.1- Breve Contexto Histórico Da Reforma Educacional Brasileira**

Para compreensão do desenvolvimento das mais recentes mudanças que estão ocorrendo no sistema de ensino brasileiro, necessitamos destacar aspectos do contexto histórico do Estado, pois o compromisso assumido em sua agenda econômica e política, influenciado pelo sistema capitalista, é seguido de inúmeros outros compromissos na esfera social, particularmente na educação por meio de documentos políticos que refletem nas suas reformas. Azevedo (2001, p. 144) assinala que,

[...] apesar das diferentes tipificações históricas, o autoritarismo, o verticalismo, a exclusão, as relações clientelísticas com a sociedade, a hegemonia dos interesses privados no seu interior e a sua apropriação pelas elites são traços permanentes do Estado brasileiro.

O autor identifica o Estado, nos diferentes períodos históricos, de acordo com a postura política adotada, denominando de: Estado oligárquico controlado pelas elites agrárias; Estado intervencionista, que mesclou aspectos keynesianos e fascistas, representado pelo período varguista (1930/1945); Estado liberal-populista (1946/1964); Estado militarista autoritário (1964/1985) Estado neoliberal, cujas políticas estão em pleno desenvolvimento. (AZEVEDO, 2001, p. 145)

O ideário político que molda o Estado em cada período histórico é refletido no campo educacional através dos discursos presentes nos documentos oficiais, como a legislação e as reformas implementadas. Segundo Oliveira (2001), há uma distinção entre três períodos de importantes movimentações no campo da educação brasileira.

A autora toma tais períodos como referência e divide-os denominando-os como:

- 1ª referência: anos 50 até meados de 70 – Educação e desenvolvimento;
- 2ª referência: meados de 70 até final dos 80 – Educação e democracia;
- 3ª referência: anos 90 – Educação e equidade social.

A noção de educação e desenvolvimento para Oliveira (2001, p. 71) se justifica em função dos anos 50 consolidarem o esgotamento de êxito através da pequena propriedade, da tentativa no Brasil de “modernização da economia através da industrialização, o que exigiu da classe trabalhadora melhores e maiores quesitos educacionais”. Justificando “no imperativo de organizar os sistemas de ensino de acordo com as demandas do mercado de trabalho dentro do padrão de industrialização

emergente”. Considerando ainda a educação formal como um “elevador social”. A autora citada assinala que:

O vínculo direto entre escolaridade e trabalho, em decorrência da relação educação e desenvolvimento, é forjado a partir daí, o que pode ser percebido no texto da primeira LDB n°. 4024, de 1961. Tal relação intensifica-se durante o regime autoritário, que tem lugar no Brasil a partir de 1964, apresentando a educação como investimento produtivo, como ficou expresso na lei 5692, de 1971. (OLIVEIRA; DUARTE, 2001, p. 71)

Na referência à relação entre educação e democracia, Oliveira e Duarte (2001, p. 72) destaca que no Brasil, na década de 70 e início dos anos 80, em decorrência da ampliação do direito à educação, conforme a Lei 5692/71, há um crescimento súbito da estrutura educacional no país de maneira desordenada, marcada pelas contradições do regime militar, combinando descentralização administrativa, com planejamento centralizado. Destaca ainda, que neste período, a organização do sistema nacional de educação, traz na sua gestão, o autoritarismo e verticalismo.

Outro ponto a considerar, é a **interferência do planejamento econômico na gestão da educação**. Há também, no final da década de 70, um movimento em defesa da educação pública e gratuita, extensiva a todos se contrapondo á dissociação entre planejamento econômico e social. A consolidação da ampliação da educação básica, incluindo agora a educação infantil, ensino fundamental e médio, envolvendo a gestão democrática, são enfatizadas na Constituição Federal de 1988. Dessa forma, a autora afirma:

A principal característica desse processo foi a discussão do direito à igualdade. Se a educação do ponto de vista econômico era imprescindível para o desenvolvimento do país, do ponto de vista social era reclamada como a possibilidade de acesso das classes populares ás melhores condições de vida e trabalho. (OLIVEIRA; DUARTE, 2001, p. 73).

Na terceira referência, a relação entre educação e equidade social terá seu traço marcante, para Oliveira (2001, p. 74), como “uma educação que responda às exigências do setor produtivo (gestão do trabalho) e outra que atenda às demandas da maioria (gestão da pobreza)”. Salieta a complexidade do conceito de equidade social, como aparece nos documentos da **Conferência Mundial Sobre Educação Para Todos, realizada em 1990, em Jomtien - marco das reformas educacionais**; pois “sugere a possibilidade de estender certos benefícios obtidos por alguns grupos sociais á totalidade das populações, sem, contudo, ampliar na mesma proporção as despesas públicas para esse fim”. (idem, p. 74). Dessa maneira, “[...] educação com equidade, implica oferecer o mínimo de instrução indispensável às populações para sua inserção na sociedade atual”. A mudança do foco da

educação como um direito de todos e proporcionadora de uma vida melhor, muda o eixo econômico da escolarização para um ponto mais político centrado na idéia de sociedade civil, cidadania e participação. Oliveira afirma que a idéia econômica estará preservada, pois continua a preocupação com a educação básica originadora de força de trabalho apta ao mercado; salientando que o caráter profissional dessa educação básica, devido às mudanças no processo produtivo tecnológico, passa a exigir um novo perfil profissional focado não mais em saberes específicos, mas em modelos de competências, que resulte num ser flexível e adaptável.

Nesse sentido, as palavras de Oliveira e Duarte (2001, p. 75) são as seguintes:

As orientações para as reformas educacionais dos anos 90 resguardam a possibilidade de continuar a formar força de trabalho apta às demandas do setor produtivo, e no lugar da igualdade de direitos oferecem a equidade social, entendida como a capacidade de estender para todos o que se gastava só com alguns.

## **1.2 REFORMA EDUCACIONAL DOS ANOS 90**

O Brasil vive um contexto de reforma educacional, em 1990, o Brasil inicia um processo de ajustamento de seu projeto político educacional à nova ordem mundial, avançaram os tempos de mundialização da economia, das propostas de Estado Mínimo, de abandono com o compromisso Nacional.

Os governos que dela participaram, assinando a Declaração Mundial de Educação para Todos, comprometeram-se a assegurar uma educação básica de qualidade a crianças, jovem e adulto. O Brasil como um dos países signatários, fora apontado, conforme ARELARO (2005), como um dos sete piores do mundo, em qualquer nível ou modalidade de ensino.

Coincidente com o início do governo Collor, começa a discussão internacional sobre um plano decenal para os países considerados do Terceiro Mundo, tendo como fórum de discussão, a realização da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em Jomtien, na Tailândia, promovida pela Unesco, Unicef, PNUD e o Banco Mundial, fixando metas e prioridades para a educação para esses países, apontando a educação básica como prioridade para a década (TORRES, 2003).

Entre as prioridades levantadas na Declaração Mundial sobre Educação para Todos ( Educação para Todos - EPT) , consolidada e contou Jomtien Brasil entre seus signatários , consistem redução do analfabetismo e a universalização da educação Básica. Desde então , o governo brasileiro tem realizado uma série de ações para cumprir com as metas estabelecidas na Declaração. Dois.

O papel das agências internacionais As diretrizes de organizações como o BID ( Banco Interamericano de Desenvolvimento ) e do BIRD ( Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento) produziram um homogeneização das reformas nos vários países "colaboradores".

A agenda preparada pelo Banco Mundial inclui, por exemplo , entre outras diretrizes , vai olhar para o uso mais racional dos recursos , estipulando que um fator primordial para conseguir isso garantiria a autonomia das instituições de ensino . recomenda ainda com especial atenção para os resultados é dado, enfatizando a necessidade de ser implementado sistemas de avaliação , e reforça a idéia de buscar eficiência e destina-se a sentido de alcançar uma maior coordenação entre os setores público e privado vista a ampliar a oferta de educação.

Em 1993, já com a presidência de Itamar Franco, foi elaborado o documento Plano Decenal de Educação para Todos, que não saiu do papel, uma vez que em 1995, Fernando Henrique Cardoso, deixa de lado o documento anterior, e estabelece outras metas para educação: descentralização da administração das verbas federais, elaboração do currículo básico nacional, educação à distância, avaliação nacional das escolas, incentivo à formação de professores, parâmetros de qualidade para o livro didático (LIBÂNEO, 2010).

Tais ações seguiam as tendências e indicações internacionais, alinhadas com o pensamento econômico neoliberal, sob a orientação de agências financeiras como o Banco Mundial – BM e o Fundo Monetário Internacional – FMI. Não apenas o BM e o FMI atuam nessa regulação e no controle educacional, diferentes organismos internacionais passam a ditar as normas e metas da educação mundial, alinhados com o pensamento econômico do neoliberalismo, entre eles: Organização dos Estados Americanos – OEA, Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, Comunidade Européia – CE, Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, Programa de Reformas Educacionais da América Latina e Caribe – Preal.

As reformas atingem todo o processo educacional, envolvendo desde a estrutura administrativa e pedagógica da escola, como por exemplo, os conteúdos, as metodologias e as teorias educacionais, como é o caso da implantação da LDB lei de diretrizes e bases da educação nacional e dos Parâmetros Curriculares Nacionais em 1997, e agora na formação de professores, consideradas a segunda etapa das reformas educacionais.

### 1.3 O CENÁRIO LOCAL:

No âmbito local, o Estado brasileiro, desde o início da década, esforçou-se para o cumprimento das metas estabelecidas nas parcerias, bem como em dar respostas visíveis aos agentes parceiros.

O Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade (PBQP), definido ainda no Governo Collor, apontava a direção que a reforma do Estado e da economia deveriam tomar. Conjugadas a elas estariam as mudanças na educação, delineadas no PBQP como um subprograma que estabelecia a necessidade de formulação de uma política educacional que tivesse como eixo a “educação para a competitividade”. O documento em pauta incorpora muitas das orientações que vinham sendo debatidas desde o início dos anos de 1990 pela UNESCO e pelo Banco Mundial. Dentre as similaridades vale ressaltar o indicativo de aproximação entre o ensino médio e o setor produtivo, bem como a implementação do sistema de avaliação, se bem que este já se encontrava em processo de implantação.

Passou-se mais de quinze anos desde que teve início a atual reforma educacional. Firmaram-se convênios e parcerias com as agências internacionais; criaram-se vários interlocutores em âmbito nacional com vistas a alterar o quadro educacional do país. Mas, o que revelam os dados sobre a educação brasileira na atualidade?

Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira/Ministério da Educação (INEP/MEC), no ano de 2003 o Brasil possuía cerca de 16 milhões de analfabetos com 15 anos ou mais e próximo a 30 milhões de analfabetos funcionais, conceito utilizado para definir pessoas com menos de quatro anos de estudos. A população analfabeta totaliza 13% da população. Essa taxa é de 8% no México e zero% no Canadá. Quase a metade dos 30 milhões de trabalhadores brasileiros com carteira assinada não passou do Ensino Fundamental, ou seja, possui menos de oito anos de escolaridade.

Os dados são igualmente preocupantes quando observada a taxa média de escolaridade, próxima dos cinco anos, contra 12 nos Estados Unidos e sete no México. O país conta, ainda, com alto índice de repetência, cerca de 21% dos alunos reprovam ao longo dos oito anos do Ensino Fundamental a cada ano. Dados do INEP de 2004 evidenciam que 75% das crianças na quinta série do Ensino Fundamental não sabem ler e escrever ou o fazem de forma precária. No que diz respeito à formação docente, em 2001, próximo a 18% dos professores que atuam no Ensino Fundamental são leigos, isto é, não possuem formação específica para atuar no magistério. Destes, por volta de 6% têm menos de quatro anos de escolaridade. (AKKARI, 2001).

## 2 ANÁLISE DO SISTEMA

Considerando, que as reformas educacionais, são influenciadas através da assessoria e do financiamento de agências internacionais, principalmente Banco Mundial, Silva Junior, alerta que se tratando de um Banco, as políticas públicas formuladas, devem-se orientar com base em algum critério, e que “[...] o Banco Mundial tem como critério a eficiência, a eficácia, a produtividade: razão mercantil, o que implica dizer que o critério fundamental é a **razão de proporcionalidade custo/benefício, sem a menor preocupação com a formação humana.** (nosso grifo) (Idem, 2002, p. 121, grifo nosso).

A descentralização, a flexibilidade dos currículos, a autonomia das unidades escolares, o estabelecimento de um processo de avaliação externa sobre os sistemas de ensino, são alguns dos conceitos e incorporados nas reformas mais recentes dos sistemas de ensino. Martins, assinala que:

Esses conceitos encontram correspondência no conceito de descentralização das grandes corporações industriais, na autonomia relativa de cada fábrica em função do processo de desesterritorialização das unidades de produção e/ou de montagem, na flexibilidade da organização produtiva para ajustar-se á variabilidade de mercados consumidores. Com efeito, as reformas das políticas setoriais estão baseadas nas reformas das estruturas e aparato de funcionamento do Estado, por meio de um processo de desregulamentação na economia, da abertura de mercados, da reforma dos sistemas de previdência social, saúde, e educação, dentre outros, sob a justificativa de descentralizar seus serviços e, conseqüentemente, de otimizar seus recursos. (MARTINS, 2002, p. 88)

Verificando o texto de apoio observa-se anteriormente que , as atuais reformas educacionais emergem no bojo das transformações produtivas que atingem o mundo do trabalho e as relações sociais e produtivas, com repercussões para os processos de formação humana evidenciadas, especialmente, no momento em que “as propostas educativas substituem o conceito de formação humana básica pela noção de competências individuais para o mercado” (FRIGOTTO e CIAVATTA, 2001), cujo maior objetivo é adequar os sistemas de ensino às regras das políticas de ajuste econômico à nova ordem mundial, dentro de um quadro de redefinição do cenário econômico internacional.

Hoje na realidade nos deparamos com frequência com as resistências dos nossos governantes em não ofertar uma educação básica de qualidade em prol do desenvolvimento econômico do país e fortalecimento do saber, o que se vê é querer se encaixar em um sistema mundial sem rever a qualidade do ensino para o fortalecimento da educação.

## CONCLUSÃO

Este estudo teve o intuito de analisar o sistema educacional brasileiro e sua realidade, observa-se que a qualidade da educação, muitas vezes não corresponde às expectativas de qualificação esperada para um bom desempenho de determinadas funções e que as teorias estão distantes da técnica de alguns e que o governo não consulta e verifica de forma reflexiva a nossa educação e não assume a responsabilidade de forma clara.

Podemos considerar a reforma educacional dos anos 90, marcada por ambigüidades e contradições que atravessam as políticas educacionais. Nossa visão não pode ficar restrita aos aspectos inovadores das terminologias e do discurso. Temos que considerar o “peso” da globalização e consolidação do sistema econômico capitalista, através das transformações nos processos produtivos, como pano de fundo, refletindo nas várias reformas.

Em face do exposto, percebe-se que não está bem definido o sistema educacional brasileiro, sendo importante o cuidado de não se agir assistematicamente dentro da educação institucionalizada, por força da estrutura, sem nenhum planejamento.

Considera-se urgente o conhecimento das leis, a partir de seu contexto político, histórico-social e econômico para que se possa lutar pelos direitos e construção da cidadania.

## BIBLIOGRAFIA

Hórus – Revista de Humanidades e Ciências Sociais Aplicadas, Ourinhos/SP, N° 03, 2005

[http://www.ufpi.edu.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/eventos/2006.gt5/GT5\\_2006\\_04.PDF](http://www.ufpi.edu.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/eventos/2006.gt5/GT5_2006_04.PDF) ( disponível 09/01/14)

artigo: As reformas educacionais e suas implicações na prática de Ensino na formação de professores

<http://www2.unimep.br/end>

[http://ri.uepg.br:8080/riuepg/bitstream/handle/123456789/444/tese\\_marlifatimarodrigues.pdf?sequence=3ipe/2496p.pdf](http://ri.uepg.br:8080/riuepg/bitstream/handle/123456789/444/tese_marlifatimarodrigues.pdf?sequence=3ipe/2496p.pdf) disponível 10/01/14

REVISTA DE EDUCAÇÃO: educere ET educare